

GTE 17 – Interesse público, educação musical e etnomusicologia em diálogo

Relatoria

Victor Neves de Souza
Universidade Federal do Espírito Santos

Francisca Helena Marques
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Marília Raquel Stein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Paulo Murilo do Amaral
Universidade do Estado do Pará

Samuel Araujo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 Ementa do nosso GTE

O ensino institucionalizado de música articula dimensões pedagógicas e estéticas com objetivo formativo. Trata-se, a princípio, como no ensino de outras disciplinas, de atividade mediadora da passagem da síncrese à síntese, ou seja, da experiência imediatamente haurida na cotidianidade à aquisição de conhecimentos sistematizados, através do processo didático- pedagógico. A forma por excelência de tal mediação é, desde o século XIX, tendo praticamente se universalizado ao longo do século XX, a escola. Sua universalização remonta ao valor da igualdade tal como entendida na Filosofia das Luzes e na doutrina liberal - uma igualdade que se expressa enquanto igualdade jurídica e de oportunidades. Por mais que se critique a limitação em tal concepção da igualdade, o fato é que a escola, ao mesmo tempo em que é peça importante no processo de reprodução da estrutura social vigente, se apresenta como espaço de socialização de conhecimentos gerais, fornecendo ferramentas teóricas para a elaboração de concepções, a problematização de estereótipos e preconceitos, a elucidação de relações sociais. Uma pedagogia interessada em contribuir com a emancipação humana deve, portanto, levar a

escola a sério, assim como o ensino em todos os níveis, estando atenta também aos espaços em que se formam os profissionais que aí atuarão. Essa pedagogia deve estar empenhada em que a escola desenvolva processos didático-pedagógicos e dialógicos à altura de suas potencialidades emancipatórias. Há, na área da Educação Musical, uma crítica consistente à persistência de um dos fundamentos do ensino de música em nível superior no Brasil, inclusive no que toca à formação de professores. Trata-se do chamado ensino conservatorial (ou modelo conservatorial, marcado por um habitus conservatorial ou ethos conservatorial). Nele, certa vertente da teoria musical é entendida, tratada e apresentada como um universal abstrato. A sistematização teórica de determinadas práticas é trabalhada de modo coisificado / reificado, como se representasse não apenas a teoria musical universal, mas também uma chave de acesso obrigatória a uma suposta essência da música. Daí deriva uma prototeoria que subsume a expressão das particularidades em que se exprimem diversas manifestações do trabalho acústico a um modelo, cuja constituição não levou em conta, historicamente, tais particularidades. Dificulta-se assim a possibilidade do tratamento adequado de grande parte da música do mundo, com a profunda consideração de sua riqueza e peculiaridade. Isso tem consequências curriculares importantes e determina limites no modo como formamos docentes na área. O campo da Etnomusicologia, por sua vez, vem acumulando uma crítica também sólida às modalidades de tratamento teórico do trabalho acústico enquanto coisa desvinculada da totalidade sociocultural em que é produzida, assim como à hierarquização intrínseca, estética ou moral de formações sonoras diversas. Para além da interessante questão quanto a como a etnografia pode contribuir para a renovação de processos escolares de ensino- aprendizagem de música, abrem-se outras. Diante da produção crítica em expansão, aqui tão somente tangenciada, o GT convida a debater: (a) significados da educação musical enquanto política pública e momento de acesso a direitos; (b) pertinência e necessidade da mobilização dos sujeitos e das mais variadas formas de som humanamente organizado no ensino- aprendizagem da música; (c) valorização dos saberes populares e de seus detentores no ensino escolar; (d) enfrentamento a formas diversas de violência simbólica, potencialmente presentes nos processos de reprodução sociocultural; (e) lugar do diálogo docente-discente na mediação da elaboração da estrutura em superestrutura no processo pedagógico; (f) desdobramentos pedagógicos e curriculares do

respeito à diversidade e do compromisso com a formação omnilateral / intercultural do corpo discente, bem como com a democratização crítica e problematizadora do saber e da cultura.

2 Breve motivação das/dos coordenadoras/es para a proposição

Avaliamos que era necessário um espaço que colocasse explicitamente o interesse público em relação com os problemas que vêm sendo discutidos e enfrentados no âmbito da educação musical. Para isso, consideramos que o acúmulo crítico, democratizante e comprometido com a diversidade construído ao longo das últimas décadas no campo disciplinar da etnomusicologia representava um bom ponto de partida, um mirante comprometido com o projeto de educação musical para o qual almejamos contribuir. Reunimos então 5 professoras/es, de 4 regiões diferentes do país (N, NE, S, SE), e propusemos este GTE ao XXVII Congresso da ABEM, pela primeira vez.

3 Informes gerais acerca do conjunto de trabalhos recebidos

a. Número de trabalhos recebidos: 11

b. Número de trabalhos aprovados: 8

c. Origem dos trabalhos recebidos: SE, 1 // N, 1 // S, 2 // CO, 1 // NE, 6

d. Origem dos trabalhos aprovados: SE, 1 // N, 1 // S, 2 // CO, 1 // NE, 3

e. Temas contemplados pelos trabalhos: música e inclusão social (pessoas com lúpus, artistas imigrantes e refugiados); decolonialidade no ensino, na prática e na pesquisa pedagógico-musical e etnomusicológica; diversidade musical, contextos e significados: práticas musicais e processos de ensino e aprendizagem musical (guitarra, umbigada, roda, arranjo didático, improvisação, musicar, experiência, performance); memória e patrimônio cultural; mulheres na música; mulheres no samba; protagonismo negro feminino; reforma curricular; ensino superior de música; ensino de música na educação básica; estilos e gêneros musicais (forró, guitarrada, coco, samba, música eletrônica, fusão, hibridismo); tradição e inovação nas práticas musicais; mestres tradicionais; ensino coletivo de instrumento musical; identidades sonoro-musicais.

f. Orientações teóricas e teórico-metodológicas dos trabalhos: pesquisa documental(2);

pesquisa participativa (2); relato de experiência (2); análise de discurso: Teoria das Representações Sociais e do Núcleo Central (2) /// As comunicações apresentaram resultados de pesquisas relacionadas a: Iniciação Científica na Licenciatura em Música (2), disciplina de Mestrado (1), curso de Mestrado profissional (1), projeto em elaboração em Grupo de Pesquisa (2), relatório de Pós-doutoramento (1), contexto desconhecido (1)

g. Dados gerais sobre o processo de avaliação: aprovação e reprovação: acima, nos itens “a” e “b”. /// razões principais: trabalhos que se considerou que não traziam fundamentação teórica suficientemente aprofundada, ou cujo escopo se avaliou como distante do GTE.

h. Questões, comentários e contribuições nas sessões do GTE: Comentou-se: (A) a importância do tema do grupo, por parte de participantes que não se viam contempladas/os em outros GTEs // (B) sugeriram-se referências para aprofundamento das pesquisas, por parte da coordenação do GTE // (C) questionaram-se os motivos da resiliência do modelo ou *habitus* conservatorial e da dificuldade de sua superação, experimentado pela maioria do grupo como limitador do currículo: seria decorrente de uma estagnação curricular/institucional? – “A universidade teria de se mexer...” Ou da resistência de docentes que se sentem mais seguros na formação eurocentrada? – “Sempre foi assim...” Seria reflexo de um modelo internalizado de sociedade individualista, tecnicista e desigual? No mesmo sentido, o grupo tratou das experiências institucionais relativas aos testes de habilidade específica em Música e demais instrumentos de avaliação para ingresso nos cursos de Licenciatura em Música; e refletiu sobre o que é ser professor de música, permanência, evasão, perfil do egresso e percepções dos egressos sobre o curso; como promover mudanças curriculares nos casos dos cursos nos quais ainda vigora a prova específica? // (D) foram tratados diferentes contextos de prática musical e prática pedagógico musical, motivando a reflexão sobre a profissionalização em música e educação musical; a (des)valorização simbólica e financeira de grupos e profissionais; as negociações de tempos, estratégias pedagógicas e repertórios musicais com a institucionalidade; a pesquisa e vivência com mestres tradicionais; “de que forma transpor para o ensino de música na escola (de base conservatorial) os saberes dos mestres tradicionais?”; musicalização através dos gêneros musicais.

4 Questões orientadoras

a. O número de trabalhos submetidos correspondeu à expectativa das/dos coordenadoras/es?

Não se aplica, uma vez que este GTE está existindo pela primeira vez.

b. Os textos submetidos foram condizentes com a proposta do GTE?

Sim, foram.

c. O que foi abordado pelas/os autoras/es em seus trabalhos?

Temas enumerados no item “3” anterior.

d. Quantos pareceristas atuaram no GTE e qual o perfil desse grupo de avaliadoras/es? Este perfil se mostrou condizente com os trabalhos recebidos?

Quatro pareceristas atuaram no GTE. O perfil era: simultaneamente etnomusicólogas/os e educadoras/es musicais, todas/os professoras/es do ensino superior, atuantes na graduação e na pós-graduação. O perfil se mostrou condizente com os trabalhos recebidos.

e. O percentual de textos aprovados/reprovados correspondeu à expectativa das/dos coordenadores do GTE?

Sim.

f. Quais foram os principais motivos para reprovação dos textos?

Trabalhos que se considerou que não traziam fundamentação teórica suficientemente desenvolvida, ou cujo escopo se avaliou como distante do GTE.

g. As/os autores com trabalhos aprovados foram cuidadosas/os na produção da versão final de seus textos? Em que aspectos é possível/necessário melhorar?

A maior parte foi. Entretanto, o coordenador geral ainda precisou realizar ajustes para que alguns dos trabalhos efetivamente se encaixassem no template da ABEM.

h. As/os autoras/es aprovadas/os foram cuidadosas/os na produção de suas apresentações? Trouxeram os principais aspectos dos trabalhos? Em que pontos poderiam melhorar?

Sim, foram cuidadosas/os, e as apresentações estavam plenamente adequadas.

i. Que avaliação as/os coordenadoras/es fazem das sessões de debate?

Avaliamos que o espaço foi bastante rico, mas foi prejudicado pela inadequação de aspectos da infraestrutura com que contamos neste Congresso da ABEM. Isso ocorreu tanto presencialmente quanto online.

A) Presencialmente. A sessão presencial de nosso GT ocorreu em um Hall, espaço de ampla e permanente circulação, com acústica completamente inapropriada, com o eco típico de um corredor, levando a desconforto auditivo e chegando ao limite de quase inviabilizar a concentração das/dos participantes. O referido corredor era ao lado de um almoxarifado onde ocorria constante movimentação de material, produzindo muito ruído, tendo havido também um ensaio de banda com metais, bem ao nosso lado, ao longo das apresentações – tivemos um acesso privilegiado demais ao ensaio, por assim dizer. Também houve saída e entrada de turmas durante as apresentações, com dezenas de estudantes atravessando o Hall onde estávamos, conversando em voz alta – o que é perfeitamente normal no intervalo das aulas, sendo que o anormal era nosso GT estar naquele espaço. Um detalhe que não é menor: exatamente ao lado de onde estávamos havia uma sala de aula vazia, perfeitamente adequada ao tamanho do GT. Ao perguntarmos à equipe de monitores se poderíamos migrar para ela, fomos informados de que a direção da EMBAP não havia autorizado o uso de mais salas por parte da ABEM, do que as já emprestadas.

B) Online: A organização do evento parece ter enfrentado dificuldades para distribuir todas as apresentações online, uma vez que as/os participantes que não estão no evento precisam adequar os horários de suas apresentações a suas rotinas de vida. No caso de nosso GTE, tal dificuldade se refletiu em uma situação difícil de compreender: um dos proponentes aprovado em nosso GT foi alocado na sessão de outro GT, ainda que tivéssemos um horário livre no fim do nosso, onde cabia exatamente um trabalho, e que ele tenha sido alocado como última apresentação da sessão do outro GT, exatamente no horário que tínhamos vago na sessão do nosso. Isso levou a que tenhamos tido de finalizar nosso GT pontualmente às 16h05, orientando todo mundo a seguir o link da outra sessão, que de repente recebeu nosso GT inteiro para estar apenas na apresentação desse trabalho.

Tínhamos orientação da organização do congresso para cumprir com exatidão os horários, devido aos encaixes de apresentações de trabalhos e pela divulgação feita dos

horários específicos (poderia haver interessados/as que viessem exclusivamente assistir alguma das apresentações). Por isso, cumprimos à risca os horários, aguardando, quando alguém não estava no horário de sua apresentação, até o horário da apresentação seguinte. Uma integrante do GTE chegou após o seu horário e justificou que havia atrasado em função dos atrasos que haviam ocorrido nos horários no outro GTE do qual também participava. Ela teve tempo de apresentar ao final da sessão do nosso GTE, antes de migrarmos para a outra sala, onde ocorreria a última apresentação do nosso GTE. No entanto, não foi possível abrir a discussão sobre o seu trabalho, em respeito ao tempo e ao colega que apresentaria às 16h05 na outra sala *on-line*. Acreditamos que seja importante que todos os GTEs, assim como o nosso buscou fazer, respeitem os tempos, para que atrasos como este não ocorram.

Finalmente, os debates foram ricamente estimulantes da continuidade do próprio GTE e dos diálogos para além do congresso. O GTE 17: **Interesse público, educação musical e etnomusicologia em diálogo** parece oferecer um espaço com especificidades temáticas relevantes de serem abordadas no âmbito dos congressos da ABEM. Quanto à etnomusicologia, com uma exceção (uma pesquisa altamente qualificada com viés auto etnográfico): (1) não houve a apresentação de comunicação sobre pesquisas etnográficas, propriamente, o que pode se dever ao fato de que há um outro GTE no congresso da ABEM – o GTE 01: **Abordagens etnográficas de modos de aprendizagem musical** -, com muitos anos de trajetória, público constituído como comunidade e que aborda as interfaces entre etnomusicologia e educação musical precisamente no que tange ao fazer etnográfico; a existência deste GTE consolidado, que aborda a etnografia sobre processos de ensino e aprendizagem musical nos parece fundamental e sabemos de grande sucesso em termos de participação e crescente participação; (2) vários trabalhos no nosso GTE (17) abordaram a pesquisa qualitativa e procedimentos comuns à etnografia, como entrevista aberta e observação participante, no entanto sem a compreensão, parece-nos, do paradigma e das problemáticas do campo etnomusicológico. São pesquisas extremamente interessantes, diversas e relevantes para a educação musical e para a etnomusicologia. No entanto, no sentido de se oportunizar a formação científica de interessados/as, poderia ser pensada uma oficina/um curso sobre etnomusicologia colaborativa e prática etnográfica, por exemplo, no próximo congresso da ABEM. Esta sugestão se faz como um esforço de contribuir com ideias

de continuidade de ampliação da construção do conhecimento no espaço de diálogo entre o interesse público, a educação musical e a etnomusicologia.

Parabéns à ABEM por sua existência, potência transformadora e pelo 27º Congresso da ABEM!